



**Requerimento nº 90/2011
(Sra. Manuela d'Ávila)**

Requeiro a instalação, no âmbito desta Casa, da Comissão da Verdade da Câmara dos Deputados, para apurar os casos de violação de direitos de parlamentares e servidores e casos de violação de direitos aqui praticados durante a vigência da Ditadura Militar instalada no Brasil a partir de 1964.

Justificativa

Tramita nesta Casa o PL 7376/2010, que propõe a instalação de Comissão da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República para “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticada no período fixado no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”.

O artigo 8º do ADCT concede anistia aos que foram vítimas de atos de exceção, por razões exclusivamente políticas, a partir de 1946 até o dia de promulgação da Constituição.

A Câmara dos Deputados teve 150 parlamentares cassados entre 1964 e 1984. Destes, 99 perderam seus mandatos e direitos políticos após edição do Ato Institucional nº 5.

O Deputado pelo PTB, Rubens Paiva, é um caso emblemático: cassado já em 64, o parlamentar foi capturado pelos órgãos de repressão, torturado e morto nos anos 70. Seu corpo até hoje não foi encontrado.

Em 1964, 10 dias após o golpe militar, 40 parlamentares desta Casa perderam seus mandatos e direitos políticos. Dois anos depois, seis foram cassados, com destaque para o caso do Deputado Doutel de Andrade, do PTB de Santa Catarina, que soube da perda de seu mandato por telefone. Em 1969, foi a vez de sua esposa, Lígia Doutel de Andrade.

Em 1968, o Deputado Márcio Moreira Alves profere discurso da tribuna da Câmara conclamando a Nação a não comparecer aos desfiles de 7 de setembro, como forma de protestar contra a falta de liberdade. Os militares exigem sua cassação. A Câmara resiste. Em dezembro, é editado o Ato Institucional nº 5. A partir dele, quase cem deputados perdem mandatos e direitos.

Em 1968, vésperas do AI-5, o taquígrafo Mauro Burlamaqui foi impedido de comparecer à própria formatura na UnB. Em seguida perdeu seu emprego na Câmara e teve seus direitos políticos suspensos. Voltou para a Casa com a Anistia, em 1979 – não mais como taquígrafo, porque, sem exercer o ofício, havia perdido a prática. Foi remanejado. Esses casos suscitam perguntas: Outros funcionários foram perseguidos, constrangidos ou mesmo perderam seus



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



empregos e direitos? Dos 150 cassados, o que têm a dizer os deputados sobreviventes? E os que não foram cassados, mas ameaçados, qual seu testemunho? O que dizer da colaboração de servidores ou deputados que possa ter resultado em violação de direitos humanos? A Câmara, ao lado da resistência aos ataques contra sua soberania, abrigou agentes da repressão política?

Essas e outras perguntas aguardam respostas, em respeito à verdade histórica, em respeito à família de Rubens Paiva e outras famílias, em respeito à memória desta Casa e à jovem democracia brasileira, que quer-se consolidada e, futuramente, provecta.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2011

Deputada Manoela d'Ávila
PC do B/RS